

# Inacreditável liberalidade

Paulo Brossard

Inacreditável é pouco. Inconcebível é insuficiente. Contudo, o que se passa no governo do reeleito vai do inconcebível ao inacreditável. Em edição extra do *Diário Oficial*, pela 39ª vez foi reeditada medida provisória, sob alegação de urgência e relevância, para introduzir pequeno acréscimo em relação às anteriores edições e reedições para “federalizar” dívida do estado de Santa Catarina, na ordem de R\$ 670 milhões para com o Instituto de Previdência de seus servidores. E, como o despudor anda solto, a reedição foi feita sob o pretexto de que a anterior fora publicada “com incorreção”.

Desde logo é de perguntar-se se o governo federal fará o mesmo em relação a dívidas de igual natureza de responsabilidade de outros estados. Ou se trata de resgatar a fatura da reeleição? Sei lá. O que sei é que a medida é simplesmente espantosa. Pelo regime implantado, um homem, dispondo do *Diário Oficial*, faz o que quer do país, inclusive inchando a dívida pública, já

brutalmente acrescida por ele.

Desde quando pode o presidente, por ato unipessoal, transferir para a sociedade brasileira os ônus de dívida de um dos estados, assim exonerado de sua responsabilidade jurídica e política? Pode o presidente usar de uma medida provisória para praticar ato de favoritismo a um estado e em desfavor de todos os demais sem incorrer em crime de responsabilidade?

Para que o escárnio fosse maior, um dia depois dessa barretada com chapéu alheio, o reeleito, em discurso, aludiu a “esses endividamentos sem fim que, no passado, alguns estados e algumas prefeituras fizeram e que terminam sempre por ser pagos pelo Tesouro Nacional”. Saliente-se, por fim, que a generosidade presidencial ocorre exatamente no momento em que os brasileiros são escorchados por sucessivos e imoderados aumentos de tributos.

No instante em que escrevo tenho diante dos olhos manchete de primeira página de importan-

te jornal do centro do país com estes dizeres: “Governo aceita vender títulos a taxas maiores dentro e fora do país; reação negativa do mercado leva dólar a R\$ 1,80. Cresce custo para rolar dívida pública. O Banco Central pagou juros considerados altos ontem dentro e fora do país. No mercado interno, o BC vendeu R\$ 500 milhões em títulos a 25,65% ao ano (os juros básicos estão a 21%). Na Europa foram lançados bônus de 800 milhões de euros (US\$ 714 milhões) pelos quais o governo pagou taxa de 9,7% ao ano, seis pontos percentuais superiores à de papéis franceses. As altas taxas tiveram repercussão negativa. O dólar subiu 1,4% e fechou a R\$ 1,8%”.

Enquanto isso, a União assume dívidas alheias até de uma sociedade de direito privado. Com efeito, não fica aí o destempero oficial. Dias antes, a União se autorizava a absorver títulos da municipalidade de São Paulo, cuja legalidade fora impugnada, dada sua emissão irregular, coisa objeto do escâ-

dalos dos precatórios. O Banco do Brasil tinha mais de R\$ 6 bilhões desses papéis, cujo pagamento o município não tinha como honrar. A União vai em socorro do BB para evitar sua quebra!

Enquanto esses favores suspeitos são cometidos, o povo brasileiro é lapidado por exigências fiscais cada dia mais onerosas. O paternal socorro ao BB fez com que um governador, em cuja casa de praia o presidente se encontrava em janeiro quando da crise cambial, a despeito de sua invariável solidariedade ao governo, deixasse escapar esta sentença: “Essa de pagar R\$ 6 bilhões para São Paulo com a desculpa de salvar o BB foi de doer”. Enquanto isso, para pagar o BB, os arrozeiros gaúchos são obrigados a torrar o fruto do seu trabalho por um preço abaixo do custo de produção.

Isso não pode acabar bem.

■ Paulo Brossard é ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal